



Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referências bibliográficas indicam-se as datas em que foram publicadas.

#### 434. TORDESILHAS

O nome Tordesilhas (ou Tordesillas, na forma espanhola) é familiar a todo brasileiro que nele ouviu falar assim que iniciou seus estudos de história pátria, ainda no curso primário. Designa uma pequenina cidade espanhola que se tornou célebre por ali ter sido assinado, a 7 de junho de 1492, importante tratado entre Portugal e Espanha a propósito das terras que estavam sendo descobertas por navegadores dos dois países. Note-se que o tratado foi assinado antes do descobrimento do Brasil e decorreu, pode dizer-se, de protestos do monarca português contra a bula papal do ano anterior, que concedia à Espanha o domínio sobre toda as ilhas e terras firmes descobertas ou por descobrir, que ficassem além de um meridiano que passasse a cem léguas a Oeste de qualquer das ilhas dos Açores e Cabo Verde. Ora, vingadas tais disposições, nenhuma porção do Brasil pertenceria a Portugal! Daí a modificação pleiteada por D. João II, recuando de mais 270 léguas (no total, portanto, de 370), a linha demarcatória. Por esta nova disposição, o Brasil seria apenas um terço do que é hoje. E assim teria ficado nosso território, não fora a obra expansionista de bandeirantes, missionários e criadores de gado, que fez recuar o tratado até onde estão hoje nossas fronteiras.

Descrevendo uma visita à pequenina Tordesilhas, “um pingô no mapa” (no qual, de fato, mal aparece), mas “um borrão na História”, Barros Ferreira, em recente livro editado pela Secretaria de Cultura do Estado, nos apresenta excelente estudo crítico de numerosos pontos

significativos da história luso-castelhana naquele agitado final do século XV. Não apenas a história do famoso tratado de 1494, mas os diversos fatos que conduziram a ele ou dele resultaram. É sabido que o Tratado de Tordesilhas, assinado para dividir o mundo “en dos zonas que habria de ser objecto de descubrimiento e evangelización”, nunca foi demarcado. Seus termos, bastante vagos, trouxeram mais problemas que soluções.

A segurança com que o autor tratou destes assuntos complexos que interessam não apenas à história dos dois povos peninsulares, mas igualmente às dos povos sul-americanos, torna seu livro capital na já valiosa bibliografia existente sobre o assunto. As qualidades do autor como escritor foram devidamente ressaltadas no prefácio de Mario Savelli. Polígrafo de largos recursos, Barros Ferreira trata de temas de ficção e de erudição com igual mestria; homem de Imprensa, que sempre foi, conhece o que mais de perto toca aos interesses do leitor. Eis porque cada livro que publica é sempre recebido com a maior simpatia. O fato de “Tordesilhas” ser uma publicação oficial certamente dificultará um pouco a sua difusão, pois em nenhuma livraria é encontrável. Esta é a triste sina das publicações oficiais no Brasil. Que fazer?

### 435. OS DOIS MELO MORAIS

No caso dos dois Melo Morais, poder-se-á dizer que o pai eclipsou o filho. O velho historiador alagoano (1816-1882) deixou uma obra que, se não é das mais brilhantes da historiografia brasileira, é, contudo, das mais úteis, pois soube fundamentá-la com excelente embasamento documental. Sílvio Romero criticou-lhe a falta de método. Era homem de arquivo, e, de posse de uma quantidade incrível de documentos, não soube, entretanto, dar-lhes o tratamento que uma boa metodologia exigiria. É ainda Sílvio quem diz que ele “se limitou quase a dar à estampa as riquezas que possuía”. Ainda bem que o crítico sergipano empregou um “quase” que torna menos rigorosa sua observação. A obra mais importante do velho Melo Morais - “História do Brasil - Reino e do Brasil-Império”, há pouco reeditada pela Itatiaia, de Belo Horizonte, na coleção “Reconquista

do Brasil”, é quase um livro-fonte para conhecimento das épocas que estudou. Daí sua utilidade e quase indispensabilidade. O clássico “Dicionário Bibliográfico”, de Sacramento Blake dedica cinco páginas ao arrolamento da obra do historiador alagoano, com mais de cinqüenta publicações, algumas em dois, três e até quatro volumes. Divide-se sua obra entre a medicina e a história. Esta sobrepuja aquela. Mas, convém recordar que Melo Morais foi um dos pioneiros da homeopatia no Brasil, tendo redigido na Bahia, entre 1850 e 1853, “O Médico do Povo”, jornal destinado à propaganda da medicina homeopática. E o interesse pela homeopatia propiciou-lhe, ainda, publicar quase uma dezena de obras em defesa de seus princípios. Vale insistir, contudo, que é como historiador que seu nome é lembrado hoje.

Tal como o pai, o filho (1844-1919) também se formou em medicina e o primeiro trabalho que publicou, em 1876, foi precisamente a tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a fim de validar seu diploma, uma vez que se diplomara na Bélgica. Mas nada mais escreveu sobre medicina. Prefiriu dedicar-se ao jornalismo, com incursões pela poesia, pela arte e pelo folclore. A cultura dos ciganos despertou-lhe muito interesse e foi dos primeiros, senão o primeiro, no Brasil, a escrever sobre esses grupos nômades. Tanto quanto à do pai, Sílvio Romero valorizou-lhe a obra. Vale a pena ler o tópico final do prefácio que escreveu para as “Festa e Tradições Populares do Brasil”, “Por mais que tenha de ser acidentado o caminho do Brasil através dos tempos, quaisquer que tenham de ser as desilusões que o destino lhe reserve, a nossa raça há de sobreviver no futuro e quando os sonhadores do passado houverem de rastejar o fio de ouro de nossas tradições, os dois livros de Melo Morais não de ser chamados a depor, como documentos autênticos, porque neles vive a grande alma deste País”.

#### **436. POLÊMICA RELIGIOSA**

Houve tempo em que estiveram em moda, no Brasil, as polêmicas religiosas, notadamente entre católicos e protestantes. Nunca vi mérito

algum nelas. Nunca serviram para coisa alguma. Duvido que alguém, por elas, tenha se abalado nas suas convicções religiosas. Ao contrário, só serviram para os católicos ficarem ainda mais católicos e os protestantes ainda mais protestantes. Mas elas não podem ser ignoradas, pois refletem momentos significativos do pensamento ou da mentalidade religiosa no Brasil.

Talvez tenham sido mais ardorosas do lado protestante. Prova-o uma imensa literatura, desde o século passado, e que constituiu, durante muito tempo, leitura predileta dos evangélicos. Hoje, certamente não o seria. Nem creio que nas igrejas protestantes de hoje haja clima para esse tipo de literatura: os depoimentos de padres que renegavam o catolicismo e abraçavam o protestantismo e, conseqüentemente se julgavam no dever de publicar livros mostrando os erros do romanismo; obras como “Nossa crença e a de nossos pais”, de Schaff; “Inovações do Romanismo”, de Collette; “Compêndio de controvérsia entre a palavra de Deus e a teologia romana”, dos italianos Sanctis e Moreno; ou as que derivaram de “O problema religioso da América Latina”, de Eduardo Carlos Pereira, polêmica em que se engalinharam, do lado católico o Padre Leonel Franca e do lado protestante os pastores Ernesto Luiz de Oliveira, Otoniel Mota e Lysanias de Cerqueira Leite.

Há uma coisa, todavia, que os protestantes, parece, não compreendem, porque, se compreendessem, não perderiam tanto tempo em polemizar com os católicos: é que, para o catolicismo, a Bíblia não é a única regra-de-fé, o único fundamento de suas doutrinas. Ao contrário do protestantismo, para o qual o que não estiver na Bíblia não deve ser aceito, o catolicismo, além da Bíblia, fundamenta-se, também, para as suas doutrinas, no ensino da Patrística, nas decisões conciliares e até na tradição. É inútil, portanto, afirmar que os católicos estão errados porque aceitam certas doutrinas que não têm apoio bíblico. Para eles, não precisa ter. Se tais doutrinas forem resultantes de ensinamentos dos santos padres, de decisões conciliares ou de simples tradição, para eles, católicos, são válidas da mesma forma que se estivessem na Bíblia. Eis porque as polêmicas entre as duas grandes igrejas cristãs jamais chegarão a algum resultado. Mas, como se afirmou, elas tiveram um lugar de muito destaque

na mentalidade religiosa do Brasil, razão pela qual não podem ser ignoradas. O assunto ainda me propiciará outra nota, com exemplos expressivos da polêmica religiosa, tanto do lado católico, como do protestante.

#### 437. COLONIALISMO E MISSÕES

Em livro há pouco editado pela Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, de Porto Alegre, o historiador riograndense Moacyr Flores insere as missões da província jesuítica do Paraguai no sistema colonial espanhol, orientado para a conquista e ocupação dos espaços indígenas, através de contatos civilizatórios com destruição de uns e aproveitamento de outros valores culturais, criando novas estruturas da sociedade missioneira de uma maneira “sui generis”, que até hoje provocam a admiração dos estudiosos e dos visitantes de suas ruínas. Prefaciando o livro, salienta Dionísio Fuertes Alvarez o quanto “vários focos polêmicos contribuem para turvar as águas das fontes: o dualismo pró ou contra os jesuítas ou, de modo mais amplo, pró ou contra o trabalho e a orientação da Igreja Católica, no seu programa político-social; o dualismo pró Espanha ou pró Portugal, na disputa secular pela posse do território riograndense; o dualismo pró ou contra o comunismo de que, com maior ou menor razão se estima estarem imbuídas as instituições missionárias, etc. E acrescenta que o professor Flores demonstra, entre suas muitas qualidades, “uma completa e consciente isenção, um total respeito pela objetividade dos fatos, ao mesmo tempo que a variedade das fontes utilizadas”.

Afeito a tratar do assunto em diversas oportunidades, pois alguns dos capítulos que formam o livro “Colonialismo e missões jesuíticas” foram apresentados como conferências ou comunicações em simpósios ou em cursos de história riograndense, soube o autor expor de maneira clara e objetiva o necessário para a compreensão de um dos capítulos mais significativos da história do Sul do Brasil, desde os fatos individualizados relativos ao sistema colonial, às bandeiras paulistas, ao povoamento do Rio Grande, aos tratados de limites, à expulsão dos jesuítas, até os

aspectos culturais da região missioneira. Este é, aliás, um dos grandes temas da história riograndense. De seu interesse, bastaria lembrar a realização bienal, na cidade de Santa Rosa, de “simpósios de estudos missioneiros”, dos quais já me ocupei neste mesmo local, e dos quais o professor Moacyr Flores é partícipe atuante. E o mais significativo é que a entidade que promove tais simpósios (uma Faculdade Salesiana de Filosofia) tem conseguido publicar com regularidade os seus anais, que constituem, assim, repositório magnífico para o estudo do tema, não só pela divulgação de fontes, como pelo tratamento especializado dos assuntos propostos. Essa iniciativa da cidade de Santa Rosa extrapolou de seu âmbito local, pois tem despertado interesse em pesquisadores, historiadores, sociólogos e antropólogos de diversas regiões do País. Constituem, hoje, uma das importantes ocorrências do calendário cultural do Brasil.